

A ESCRITA DE GRACILIANO RAMOS: AUTOFICÇÃO, CONFISSÃO E HISTÓRIA

Erick Bernardes (FFP-UERJ) ¹

Resumo: Este texto aborda o modo antecipatório com que Graciliano Ramos se autoficcionaliza em *Memórias do cárcere* (2011), legando ao leitor uma narrativa a um só tempo híbrida, misto de autobiografia, memória e ficção romanesca. Além de evidenciar a correspondência entre o trânsito do alagoano por diversos estratos do campo social e o que ele expressa em seu projeto literário, concentrando-se na ficcionalização dos excluídos, especialmente. Corrobora-se, assim, a ideia que se tem do escritor Ramos, que integra o cânone ficcional brasileiro, desde a publicação de *Caetés*, em 1933, considerado um dos autores mais participativos na vida pública, tanto como artista quanto como intelectual, político e cidadão.

Palavras-chave: Autobiografia; Literatura; Graciliano Ramos; Escritor-intelectual.

Este artigo se apoia na leitura de *Memórias do Cárcere* (2011), de Graciliano Ramos (publicada em 1953), e tem como objetivo geral abordar o papel do escritor-intelectual e os processos de autoficção e confissão dos seus enunciados, analisados através da relação entre discurso ficcional e discurso histórico. Dentre os nossos objetivos específicos, investigaremos mais detidamente a relação entre ficção e história e os fenômenos crítico-textuais que decorrem dessa analogia, o que nos leva ainda, transversalmente, a estudar o problema da memória, com o qual problematizaremos as fronteiras entre autobiografia ficcional e narrativa de testemunho, com a finalidade de mostrar que o hibridismo textual de *Memórias do cárcere* é uma das forças deste artigo, e que permite o trânsito entre formas literárias diversas.

Lemos o texto de Ramos a partir do conceito *mathesis* (BARTHES, 1987), investigando a interrelação entre os múltiplos saberes que a sua obra convoca, ao lado da *mímesis*, ou seja, um processo de representação social descrito pelo crítico francês Roland Barthes como a segunda força da literatura, que junto com a *semiosis* forma uma tríade reveladora do caráter de jogo, construção de linguagem que desafia a *doxa*. A questão do escritor-intelectual revelará a conjunção desses elementos aqui apresentados em nossos objetivos iniciais, em prol de uma poética que demanda do crítico uma série de respostas para questões ainda não apresentadas.


¹ Graduado em Letras pela Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Mestrando em Estudos Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Formação de Professores: PPLIN – FFP/UERJ. Rio de Janeiro. Brasil. ergalharti@hotmail.com

(Pro)posta

Sabe-se da impossibilidade de recuperar a história de uma vida pela ficção, mas como disse Roland Barthes em *Aula* (1987), é porque os homens querem representar o real que há uma história da literatura. Por isso, ao nos debruçarmos sobre a relação entre ficção, história e biografia, veremos que nessa tríade não há como separar os mecanismos de um e outro campo, pois os três se mostram indissociáveis e, muitas vezes, cooperativos.

Nesse sentido, compreendemos que essa incapacidade de especificar o “ser-estar” no mundo requer que dele (texto) façamos inferências, pelas linguagens diversas que, se não explicam a vida, pelo menos sugerem possibilidades de compreensão. Embora, indiretamente, esse empenho político de quem viria a ser integrante do Partido Comunista Brasileiro, seria também muitíssimo marcado pela história da ditadura dos tempos de Getúlio Vargas, culminando com sua prisão e, posteriormente, liberdade, sem julgamentos quaisquer que fossem. Por esse viés, surgem-nos questionamentos: Não seria o navio-cárcere, Manaus, também um espaço de mobilidade e de mudança de perspectiva”, em busca de uma forma literária, para além do modelo de produção em termos de literatura? Poderíamos extrair daí, talvez, uma crítica social contra a massificação cultural e a alienação? A resposta, não a temos, mas é a partir desse caráter formal, e desenvolvido ao longo da trajetória artística do autor de São Bernardo, resultante das várias experiências formais, tendo como matéria literária a própria memória, que Ramos ficcionaliza sua experiência de dor e tortura. Para dar uma resposta a essas questões, nos apoiaremos no conceito de *mathesis* de Roland Barthes (2007): uma das forças da literatura, que convoca múltiplos saberes, (história, geografia, sociologia, dentre outros) segundo os quais nos auxiliam a pensar a questão da memória, da autoficção e da narrativa híbrida.

Portanto, quanto ao passado, se deveria (ou não) ter sido enterrado, o enunciador se (auto) revela um sujeito falho, incapaz de explicar seu “estar-no-mundo”, ao mesmo tempo em que, enquanto escritor-intelectual, Ramos atua em favor daqueles que não têm voz, por meio de uma representação que ocupa os dois lugares apontados por Gayatri Chakravorti Spivak (2010): *falar-por* e *falar-como*. Se *falar por* remete à representação no sentido político, o da representação na forma de um compromisso de dar voz ao outro, o *falar-como* remete ao campo da representação estética, ao ato que prefacia a encenação




literária. Contudo, devemos frisar que “essa encenação do mundo em representação” (SPIVAK, 2014, p. 54), somente se realiza sob a cena da escrita, dissimulando escolhas de heróis. Mas no caso de Graciliano Ramos, o herói é o próprio narrador desconstruindo-se: “Não me eximiria de muitos erros” (RAMOS, 2011, p. 374). Por, fim, como personagem, o anti-herói se põe a encenar peripécias na imobilidade da clausura na qual o impuseram.

Texto e contexto

Embora não seja oportuno tomar o texto literário simplesmente como objeto de investigação sociológica, devemos antes de tudo frisar o óbvio: nossa atenção na obra *Memórias do cárcere* (2011), e o tratamos como um campo de efeitos de linguagem, que atua na recepção dos leitores, como uma força que requer a compreensão dos saberes que a literatura do alagoano arregimenta. Isso demanda uma série de discursos crítico-teóricos cooperativos, dentre eles o sociológicos, o antropológico, o econômico, e outros tantos, mas que não são os únicos. Tampouco esgotamos o viés histórico da obra de Graciliano Ramos que incide sobre a narrativa ficcional, embora a história como discurso cooperativo essencial se espraie por toda a pesquisa. Optamos pelo enfoque interdisciplinar, delimitando o conjunto de contribuições das diversas áreas de conhecimento, por conta de sua força contributiva para a rerepresentação e interpretação da matéria ficcional.

A opção pela interdisciplinaridade, por vezes, se transforma em transdisciplinaridade, visto que as disciplinas são porosas e muitas vezes se atravessam e se interpenetram, (quando não se indissociam), sem que possamos decantar um e outro princípio norteador. A atenção voltada para os múltiplos discursos entre disciplinas se deve ao fato de que não nos cabe aqui arquitetar um excuro histórico-biográfico do escritor e nem retrair alguma homologia entre vida e obra, pois não faltam, acerca desses temas, trabalhos mais eficientes e já dados ao leitor-pesquisador, o que se comprova pelas fortunas críticas que compõem o espaço literário de Ramos. Contudo, abre-se aqui uma possibilidade, ou melhor, uma oportunidade de análise da obra do escritor-intelectual Graciliano Ramos, na tentativa de desmistificarmos alguns pressupostos típicos das narrativas de viés autoconfessional, segundo as quais seus enredos funcionariam, para o leitor desavisado, tais quais retratos íntimos de escritores em suas atividades cotidianas.




Ao nos debruçarmos sobre a lógica autorreferente da biografia, decerto percebemos maneiras enfáticas de detalhar a vida íntima do escritor, porém, quando compõe a obra autobiográfica o autor - que ele também personagem - se vale da memória para configuração (e reconfiguração) dos seus enunciados. Ou seja, frente a incapacidade de recuperar a experiência dos fatos a serem narrados, esse artífice da palavra autoconfessional tende a articular elementos por ele vivenciados ao discurso criativo. Notadamente:

Não conservo notas: algumas que tomei foram inutilizadas, e assim, com o decorrer do tempo, ia-me parecendo cada vez mais difícil, quase impossível, redigir esta narrativa. Além disso, julgando a matéria superior às minhas forças, esperei que outros mais aptos se ocupassem dela. Não vai aqui falsa modéstia, como adiante se verá. Também me afligiu a ideia de jogar no papel criaturas vivas, sem disfarces, com nomes que têm no registro civil. Repugna-me deformá-las, dar-lhes pseudônimo, fazer do livro uma espécie de romance, mas teria eu o direito de utilizá-la em história presumivelmente verdadeira? Que diriam elas se se vissem impressas, realizando atos esquecidos, repetindo palavras contestáveis e obliteradas? (RAMOS, 2011, p. 11).

Assim, se Leonor Arfuch em paráfrase de Peirce, afirma que o homem é também signo de si, e que não há “detalhe in-significante para o olhar denodadamente semiótico do entrevistador” (2010, p. 211), conseqüentemente, a memória irá dispor de mais que o mero depoimento histórico como aprofundamento inicial necessário à nossa reflexão, mas, sobretudo, conforme Daniel Laks (2017), haverá uma interrelação entre elementos históricos recriados no presente por meio da ficção: “A construção de uma imagem do passado que pode agir sobre o presente, criando um efeito de presença de algo que não está mais ali, constitui-se a partir de um processo” de reconstrução de sentidos, que “seleciona os eventos que devem ser lembrados e os eventos que devem ser esquecidos” (LAKS, 2017, p. 256). Principalmente, quando direcionamos essa reconstrução da imagem do preso político Graciliano Ramos; um homem traumatizado e, por isso mesmo, muitas vezes confessadamente homem que reconhece lacunas em suas recordações.

Sendo assim, buscamos também entender o cuidado do narrador de *Memórias do cárcere* com os “episódios que devem ser lembrados ou comemorados sob uma perspectiva pública (que) está intimamente ligada à legitimação dos interesses de grupos que estabeleceram sua hegemonia e, nesse sentido, o processo de produção de uma memória” (LAKS, 2017, p. 256). Tudo isto, sem perder de vista a escrita anos depois do




acontecimento, a qual “pretende funcionar como ferramenta política de legitimação de estruturas específicas de poder” e, acima de tudo, enquanto obra de autoficção como modo de atuação intelectual. Mas antes, urge nos debruçarmos sobre duas questões: O que é de fato autoficção? Qual a relação entre autoficção e autobiografia vista como parte da história? A fim de responder a essas perguntas nos servimos da explicação de Anna Faedrich Martins (2014), para quem ao invés de afirmar seu conceito deve antes determinar o que a autoficção não é. De acordo:

A autoficção não é um relato retrospectivo como a autobiografia pretende ser. Pelo contrário, ela é a escrita do tempo presente, que engaja diretamente o leitor nas obsessões históricas do autor. Em entrevista concedida a Philippe Vilain (2005), Doubrovsky afirma que o presente marca, “sob a aparência de uma continuidade do eu, as fraturas absolutas”. Sendo assim, a dimensão ontológica é uma tentativa de mostrar “as rupturas absolutas entre o que eu era no presente em diversas épocas da minha vida”. Doubrovsky menciona uma frase de Proust, em *Le Temps retrouvé* (O Tempo reencontrado), para expressar, de maneira melhor, o que ele próprio pensa sobre a presentificação do passado na escrita autoficcional: “Não se morre somente uma vez, em uma vida há várias mortes cuja morte é somente a última”. E ele acrescenta: “Eu sou sempre no presente, mas esse presente caiu no vazio” (MARTINS, 2014, p. 22).

Esse diálogo ficção história é por nós analisado conforme as considerações de Wolfgang Iser e Roland Barthes. Certos de que neste momento, nos servimos das reflexões propostas por Iser, cuja abordagem nos levará a verificar o que o senso comum e/ou saber tácito entendem por ficção e por realidade objetiva. Se por um lado o autor alemão revela uma tendência “natural” de dicotomizar essa relação real-ficção, e se a história é assim tacitamente definida como parte do real a evocar o passado, obviamente, a princípio, essa relação não pareceria de fato uma problema a se discutir. Para Iser: “É hoje uma opinião amplamente aceita que os textos literários são de natureza ficcional”. Entretanto, o teórico considera “discutível se esta distinção, por certo prática, entre textos ficcionais e não-ficcionais pode ser estabelecida a partir desta oposição usual” (ISER *apud* LIMA, 2002, p. 957).

A dialética

A problemática entre ficção e história (referida por Iser como não-ficção) é, portanto, esmiuçada e transformada numa relação dialética ternária, a saber, real, fictício e imaginário. De modo geral, para Iser, no que tange aos textos literários, embora sejam




reconhecidos como obras de ficção, seus autores utilizam-se de elementos reconhecíveis do mundo considerado real na arquitetura do enredo, caso contrário o pacto ficcional entre narrador-leitor jamais aconteceria. Segundo Aides Gremião Neto:

No que se refere ao processo de elaboração (da obra literária), podemos notar dois aspectos de singular importância: a seleção e a combinação dos elementos estruturantes da ficção. A seleção consiste na retirada desses elementos do mundo vivido para sua introdução na realidade ficcional; já a combinação fundamenta-se no ordenamento que o autor faz desses citados elementos no universo da ficção. (GREMIÃO NETO, 2017, s/p)

Com relação à seleção, Wolfgang Iser postula que ao efetuar a triagem daqueles elementos integrantes do real *extra* texto, o escritor de ficção não seria capaz de abarcar a sua completude, porque o plano correspondente ao mundo dito real já está previamente demarcado, sucedendo assim uma espécie de restrição do campo referenciável. Com tudo isso, o que ficaria “isento da ficção, Iser o chama de ‘parêntese’, que é justamente aquilo que o receptor converterá em objeto de percepção” (GREMIÃO NETO, 2017, s/p). Consequentemente, o interlocutor tenderá a enxergar o que foi relegado, no intuito de sistematizar e interpretar o texto em si, resultando em uma reconfiguração do real. Um exemplo dessa reconfiguração pode ser percebido na própria voz autodiegética de Ramos, beirando uma metalinguagem de cunho didático. Conforme:

Enquanto não reconstituírem as sílabas perdidas, o meu boato, se não for absurdo, permanece, e é possível que esses sons tenham sido eliminados por brigarem com o resto do discurso. Quem sabe se eles aí não se encaixam com intuito de logro? Nesse caso havia conveniência em suprimi-los, distinguir além deles uma verdade superior a outra verdade convencional e aparente, uma verdade expressa de relances nas fisionomias. Um sentido recusou a percepção do outro, substituiu-a. Onde estará o erro? (RAMOS, 2011, p. 14-15).

Ainda, seguindo a ideia de reconstrução de uma realidade literária, por meio da ficção, Roland Barthes (2007) defenderá que o real (e consequentemente o discurso histórico) é multidimensional, sendo impossível de ser apreendido, que dirá vir a ser traduzido em palavras. Pensando assim, o texto enquanto produto da língua apresenta-se unilateralmente em sua estrutura sistemática, o que por si só já demonstra as restrições as quais a literatura está submetida. No entanto, na concepção de Barthes, o discurso



ficcional enquanto recriação de um “novo” real dispõe de um “trabalho de deslocamento que ele exerce sobre a língua” (BARTHES, 2007, p. 17), segundo o qual somente seria possível baseado nas três forças que a literatura dispõe: “Dessas três forças da literatura, quero indicar três, que colocarei sob três conceitos gregos: *Mathesis*, *Mimesis*, *Semiosis*” (BARTHES, 2007, p. 17).

No caso da *Mathesis*, compreende-se por aquele saber enciclopédico permeado por todo tipo de ciência sem, no entanto, fixar como saber instituído nenhum deles, daí a proximidade com o postulado de Iser (2002), acerca dos elementos complementares entre si, embora limitados, de que se vale o texto literário na sua configuração. Já com relação à *Mimesis*, a segunda força da literatura, essa relação entre o conhecimento histórico (o real) e o discurso ficcional é ainda mais sensível, pois, através da representação literária enquanto reconfiguração de um outro real na obra de ficção, essa segunda força da literatura faz “coincidir uma ordem pluridimensional (o real) e uma ordem unidimensional (a linguagem)”, sem que haja paralelismo entre o real e a linguagem” (BARTHES, 2007, p. 21-22). Por fim, a terceira força da literatura é a *Semiosis*, para qual os jogo dos signos, ou jogo semiótico, baseado no deslizamento semântico viabilizaria impossibilidades múltiplas de dizer uma coisa para significar outra ou outras, “instituindo no próprio seio da linguagem uma heteronímia das coisas” (BARTHES, 2007, p. 27-28). E, aqui, fica mais que evidente, no discurso memorialístico do ex-encarcerado Ramos, o “tentar” relatar seus estados de experiência, cuja pressão sofrida no claustro foi tão intensa que, como se viu, melhor foi o preso político transformar o trauma da cadeia, através da *mimesis semiosis*, e *mathesis*, e dar voz ao narrador autoficcional, burguês e, ao mesmo tempo, porque presidiário, excluído socialmente.

Considerações finais

Sumariamente, falamos aqui em literatura sob a justificativa de que os enunciados ficcionais não são totalmente isentos de realidade. No caso de Graciliano Ramos, achamos conveniente renunciar a este tipo de relação opositiva (real x ficção) como critério orientador para a descrição dos textos ficcionais, pois as medidas de mistura do real com o fictício, neles reconhecíveis, “relacionam com frequência elementos, dados e suposições” (ISER *apud* LIMA, 2002, p. 957).

Sabendo, portanto, que a ficção vista como um espaço “assume muitos saberes” (BARTHES, 2007, p. 17), não é arriscado afirmarmos que o viés autobiográfico das

Memórias do cárcere (2011) revelou-se, sob o nosso recorde acerca da obra de Graciliano Ramos, devido ao seu hibridismo real-ficção, um gênero ou subgênero que vive sobre uma “revolução permanente da linguagem” (BARTHES, 2007, p. 16): escritura, literatura ou texto, chamada indistintamente de literatura.

Referências bibliográficas

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 2007.

CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos*. 4 ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2012.

FAEDRICH, Anna Martins. *Autoficções: do conceito teórico à prática na literatura brasileira contemporânea*. Porto Alegre: PUCRS, 2014. 251 p.

GREMIÃO NETO, Aides. Glossário de termos Literários. Disponível em: <www.noaqueagora.weebly>. Acesso em: 26 jan. 2017.

ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: LIMA, Luiz Costa (Org.). *Teoria da literatura em suas fontes*, v. 2. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LAKS, Daniel. “Realismo, arte fantástica: as relações entre imagem e memória coletiva a partir do romance *Cacau*, de Jorge Amado e *Gaibéus*, de Alves Redol”. *CES Revista*, v. 31, n. 1. Juiz de Fora, MG, Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CEI), 2017, p. 254-271

RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. 45. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

_____. *Caetés*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.